



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano

AUTÓGRAFO Nº 3978/2025
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 258/2025
AUTORIA: VEREADOR RÔMULO DANTAS

DISPÕE SOBRE A PRIORIZAÇÃO DE MÃES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE INCLUSÃO SOCIOPROFISSIONAIS E CAPACITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a priorização de mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em programas municipais de inclusão socioprofissional, capacitação e contratação pública no município de João Pessoa.

Art. 2º Os programas municipais mencionados no Art. 1º deverão reservar, 30% (trinta por cento) das vagas para mães de crianças diagnosticadas com TEA, em cursos profissionalizantes já existentes e em áreas relacionadas ao atendimento, suporte e inclusão da pessoa com autismo.

Parágrafo único. A comprovação da condição neuroatípica dar-se-á mediante apresentação do Laudo médico atualizado além de documentos como Registro de nascimento, Carteira de vacinação atualizada da criança e, se aplicável a inscrição no Cadastro Único (CadÚnico).

Art. 3º A Prefeitura deverá implantar e oferecer capacitação gratuita a essas mães em áreas como:

- I. Educação inclusiva;
- II. Acompanhante terapêutico escolar;
- III. Cuidador de pessoas;
- IV. Auxiliar de saúde bucal especializada para pessoas com necessidades especiais;
- V. Atividades psicomotras para crianças com TEA;
- VI. Manejos de atividades de vida diária (AVDs) para crianças com TEA;
- VII. Técnicas psicológicas de como apoiar o desenvolvimento de pessoas com autismo;
- VIII. Minicursos sobre conceito, particularidades e inclusão para familiares, educadores e cuidadores.
- IX. Gestão de projetos sociais e inclusão digital.

Parágrafo único. As formações poderão ser realizadas em parceria com entidades locais especializadas, instituições de ensino técnico.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano

Art. 4º As mães capacitadas por meio dos programas previstos nesta Lei terão prioridade em processos seletivos para cargos em escolas públicas, centros de reabilitação, unidades de saúde pública e demais instituições com ações voltadas ao público autista.

Art. 5º Os contratos ou vínculos laborais estabelecidos no âmbito dos programas públicos poderão incluir:

- I. Flexibilidade de horários;
- II. Licenças específicas para consultas e acompanhamento terapêutico de seus filhos.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Cidadania, em parceria com a Secretaria de Educação, a Secretaria da Saúde e Secretaria de Inclusão e Transtorno do Espectro Autista, será responsável por:

- I. Elaborar e executar os programas de capacitação e inclusão profissional;
- II. Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para ampliação das oportunidades;
- III. Monitorar e avaliar os impactos socioeconômicos das ações.

Art. 7º Será instituído um comitê gestor composto por representantes da sociedade civil, de entidades voltadas ao autismo, e das Secretarias envolvidas, com a função de acompanhar a implementação e propor melhorias à execução desta Lei.

Art. 8º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente, podendo ser suplementadas por parcerias, convênios e emendas parlamentares.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 04 DE DEZEMBRO DE 2025.


VALDIR JOSÉ DOWSLEY
Presidente